

A diocese do Funchal, em estratégia manuelina, em 1514: o simbolismo de um local

Aires A. Nascimento
Academia Portuguesa da História
Academia das Ciências de Lisboa

Chego com atraso, de um ano, à apresentação desta comunicação, atraso esse, relativamente ao calendário e por razões de saúde. O tema poderia ser dispensado, mas a insistência da senhora Presidente desta Academia levou-me a aceitar trazê-lo à



consideração pública: se há alguma repetição a estudo desenvolvido noutra lugar, espero que se reconheça ser explanado de forma diferente.

A criação de uma diocese não é acto de somenos importância na via da Igreja nem das suas comunidades.

Foi outro, porém, o horizonte de um rei que, nos inícios do século XVI vivia no plano de uma nação que se desdobrava na distância de novos mundos e se via no preâmbulo de uma nova era,

há muito sonhada.

A seu tempo, o P.e António Brásio, CSSp., homem dedicado à recuperação de documentação missionária para África, trouxe a público um parecer jurídico, emitido em meados do século XVIII sobre o Padroado português, e, em comentário, escreveu ele que “a criação da diocese do Funchal, em 1514, suscita uma série de questões sobre a relação entre a hierarquia eclesiástica e as Ordens regulares, nomeadamente com a Ordem de Cristo, única detentora, até àquele momento, da jurisdição canónica ordinária e de padroado espiritual”¹.

O tema tinha tanta maior complexidade quanto as Ordens Militares, em geral, estavam em declínio de influência e a Ordem de Cristo não tinha capacidade de assumir obrigações pastorais, como se comprova pela ausência de autoridade residente no Funchal, que tomasse responsabilidades de organização pastoral das ilhas².

A instauração e harmonização de jurisdições passava pela Coroa e pela sua relação com os bispos das dioceses (cada um deles cioso dos seus direitos e nem sempre conformado com as obrigações de residência e de pastoral diligente e activa).

Não é na condição de jurista, que não sou, que me proponho abordar o tema da instituição da diocese funchalense, mas não resisto a entrar em *quaestio vexata*, ao menos na circunstância da passagem do V Centenário da criação da Diocese de Funchal: o tema não pode deixar de ser motivo de interpelação, apesar de terem sido posto de

¹ António Brásio, “Problemas histórico-canónicos respeitantes ao Ultramar”, *Lusitania Sacra*, 1ª ser., 6, 1962-63, 239-261.

² Giuseppe Marcocci, *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012.

lado os problemas em tempos suscitados pela questão do Padroado Português. Decisivo para o esclarecimento da sua história foi o contributo de um ilustre e saudosos Presidente da Academia Portuguesa da História, o Prof. António da Silva Rego, a quem devemos obra luminosa para se perceber o que o Padroado representou para a evangelização no Mundo, numa perspectiva de aproximação de povos e bem assim para a assistência às nossas gentes espalhadas por esse mundo de Deus³.



Relativamente à instituição da diocese do Funchal, é questão para perguntar que motivações, mais que motivos, teria o rei D. Manuel I para, enquanto governador e administrador da Ordem de Cristo, solicitar a criação de uma diocese que assumisse responsabilidades que anteriormente estavam confiadas àquela Ordem. Não seria pertinente invocar alteração de cunho eclesiológico, pois rigorosamente só a podemos ver surgir no concílio de Trento.

Alternativa, só a vemos como tentativa de sacralizar um poder régio que a si mesmo se pretendia investir em soberano de um Mundo Novo em que as rotas de comunicação estendidas aos mais diversos pontos desse mundo e se pretendiam manter sob alçada de um

poder régio que se procurava abrigar à sombra da autoridade sagrada para tudo ver sossegado sob resguardo de obediência cristã. Situações pareciam não faltar, tanto da parte do seu antecessor, D. João II, que aprontara naus para chegar às Índias, como da parte dele próprio, candidato ao trono hispânico, com horizontes voltado para as Sicílias, nas fímbrias do Império Romano-germânico.

*

Na ordem dos factos, Diogo Pinheiro, Vigário de Santa Maria do Olival, mas retido na corte em ofícios de expediente, é nomeado bispo do Funchal, em 12 de Junho de 1514.

Não interessa julgar da natureza do direito de apresentação do rei (se na qualidade de soberano, se na de administrador da Ordem de Cristo, zelador de jurisdição espiritual).

Não parece que o bispo alguma vez tenha tomado desígnios de acção evangelizadora: nunca ele se deslocou à sede do episcopado, pois limitou-se a designar outros para visita, na pessoa de D. João Lobo, bispo de Tânger, e na pessoa de D. Duarte para sagração da catedral funchalense.

³ A. da Silva Rego, *Le patronage portugais de l'Orient: aperçu historique*, trad. Jean Hupt, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957. Não é momento para desenvolvimentos, mas, em perspectiva de aproximação de povos, a missiologia do Oriente foi uma mudança radical de atitudes; por outro lado, a afirmação catequética que se relançou não pode ser nem desvirtuada nem esquecida; cf. Aires A. Nascimento, "Francisco Xavier: a face catequética da missiologia portuguesa", *Igreja e Missão*, 201-202, 2006, 61-88: a perspectiva fora-nos deixada por António da Silva Rego, que, em finais de 1960, no encerramento das Comemorações Henriquinas, sublinhou a dimensão catequética da missiologia portuguesa: António da Silva Rego, "Os Descobrimentos e o apostolado moderno", *Volumus – revista de formação missionária*, 12, 1960, 246-259. Prestamos a nossa homenagem de profundo respeito e veneração à memória desse ilustre professor que traçou rumos e deixou testemunhos insondáveis de estudo da missiologia portuguesa; muitos terão aprendido pelo seu *Curso de Missionologia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964.

O prestígio da diocese era mais nominal que real e, após a morte de D. Diogo Pinheiro, em 1525, já no tempo do rei D. João III, tem lugar a criação da diocese de Goa, em 1534⁴. A ausência de bispos nas dioceses seria tema debatido no concílio de Trento: aí foi D. Frei Bartolomeu dos Mártires acérrimo defensor da residência episcopal: tinha boas razões para o fazer⁵, mas para muito foi tema que não passou da discussão conciliar e nem todos os que dele ouviram falar estavam disponíveis para seguir a doutrina aí pregada.



É com D. Manuel, ainda apenas na sua qualidade de Governador da Ordem de Cristo (a subida ao trono far-se-á em Outubro, 25, do ano 1495), que ganha relevo e forma de organização do Funchal, já então sítio de passagem das rotas de comércio e ponto de apoio militar para as praças de África, mas também objecto de pretensões por parte da diocese de Tânger que procurava estender a sua influência a zonas novas, onde ficasse liberta de ameaças que via levantarem-se a seu lado, em zona islamita; em tais pretensões foi travada pela jurisdição da Ordem de Cristo⁶.

⁴ Diogo Pinheiro, da família dos Pinheiros, relacionada com os Duques de Bragança, tem um percurso vário nos benefícios que passam por Reitor de S. Mamede, no Porto, Administrador do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, 1473, Reitor da igreja do Salvador, de Pereiró, Braga, 1484, comendatário de Santa Maria do Carvoeiro, Braga, em 1499, Prior da Colegiada de Guimarães, em 1503; tempos antes, fora apresentado para suceder ao Vigário Geral de Tomar, D. Pedro Vaz Gavião, por este ter sido nomeado bispo da Guarda: em 12 de Setembro de 1497, D. Manuel, na qualidade de Regedor e Governador e Perpétuo Administrador da Ordem de Cristo, apresenta-o ao Dom Prior do Convento de Cristo para aquele cargo, sendo confirmado a 28 de Outubro daquele ano; nessa altura Diogo Pinheiro exercia cargos na Câmara e era Juiz do Desembargo de El-Rei, ofícios de que nunca abdicou: tinha a seu favor o doutoramento *in utroque iure*, recebido na Universidade de Pisa, depois de ter frequentado a Universidade de Sena; nessa condição foi assumido como advogado de D. Fernando II, aquando das acusações feitas pelo rei, mas D. João II não atendeu aos argumentos de defesa e mandou executar a sentença. O seu túmulo foi colocado na igreja de Santa Maria, em Tomar, mas em lugar tão destacado que o próprio rei D. João III, ao visitar a igreja, em 1528, três anos após o falecimento, estranhou a posição, comentando que mais parecia de canonização que de simples deposição. Devo estas notas ao Prof. Fernando Larcher, em comunicação na Academia de Marinha, em Congresso sobre *A Ordem de Cristo e a Expansão*, em 24-27 de Julho de 2013.

⁵ Disso nos ocupámos em comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, em sessão comemorativa do santo arcebispo, em 2014.

⁶ A localidade do Funchal torna-se centro de interesse pelo desenvolvimento da cana sacarina e pela passagem de uma rota comercial que difunde o produto pelos países nórdicos. A afluência de dinheiro conduz ao desenvolvimento monumental edificado em finais do século XV ao longo de uns trinta anos. Em 1488, a 17 de Junho, D. Manuel manda erigir no Funchal um mosteiro de religiosas e erguer na mesma localidade uma igreja paroquial, com intenção de “fazer na dita igreja hũa boa capella grande e honrada”; nessa ocasião, “encomenda às gentes (...) do Funchal, nobreza e povo, queiram fazer o corpo da igreja tal que corresponda com a dita capella”; no ano seguinte, a 20 de Abril de 1489, em reunião da vereação decide-se construir a “igreja principal” e, em 11 de Junho, por carta, o mesmo D. Manuel assume a responsabilidade “de principal fazedor da obra”, tomando a seu cuidado a ousia, ou seja da capela-mor, e ordena que nela se gaste o dinheiro da taxa do vinho; em Maio 1493, determina o recomeço da construção da igreja e nomeia João Gomes, o trovador, para vedor, dando-se início à construção da igreja, dedicada a Santa Maria; em 1500, 1 de Junho, data em que se verifica interrupção das obras, D. Manuel estabelece uma taxa, em favor da continuação dessas obras e a Câmara obtém a isenção da dízima da cal destinada a esse fim; em 1503, o mesmo D. Manuel estabelece doação anual de 1000 arrobas de açúcar para as obras da igreja, enquanto elas durarem; em 1508, já a Câmara pede para reverter em seu favor o “dinheiro da imposição”, pois se procede à sagração da igreja pelo bispo de Tânger, D. João Lobo, designado pela Ordem de Cristo. A sede da paróquia, até então na Igreja de Santa Maria do Calhau, é transferida para a nova igreja e Frei Nuno Cam participa a venda do absidiolo da epístola, dedicado ao Santíssimo Sacramento, a Pedro Gonçalves da Clara e sua mulher, Isabel de Barros; o absidiolo oposto, dedicado a São Tiago, é posto em pregão e vendido a Brás da Câmara; a construção de coro sobre a antiga

A decisão de prover a cidade do Funchal, uma vez elevada a este estatuto de cidade, apenas foi tomada no tempo de D. Manuel, já na qualidade de rei, em 1514, não sem que o bispo de Tânger, na pessoa do sucessor de D. Diogo Ortiz, de seu nome D. João Lobo, autorizado pelo Prior de Tomar, tomasse a seu cuidado fazer visita pastoral à Ilha para proceder à administração de sacramentos.

O processo passa, pois, pelas mãos da Ordem de Cristo, mas o Vigário de Tomar, embora nomeado por bula papal, nunca exerceu funções pastorais na diocese do Funchal. Questão a colocar é esse facto, anteriormente não previsto, apesar de reconhecido de antes o direito de navegação atribuído à Ordem de Cristo.

Na realidade, o alargamento das navegações e a chegada a terras do Preste João nas partes da Índia modificam o panorama real e mental dos navegadores e o do próprio rei.

Não se pode ignorar que, aparentemente sem interferência formal da Ordem de Cristo, ocorre o baptismo do rei Mani Congo, em 1491, e, no seu seguimento, há-de chegar-se até à sagração episcopal de um dos filhos do rei do Congo, D. Henrique, em 1518: estes actos não eram desgarrados e não eram apenas expressão de tratamento cerimonioso; tal tratamento subia a fraterno entre os reis do Congo e o de Portugal. Por isso, apenas uma razão maior podia interpor-se para pretendia implantar uma jurisdição que a suplantasse a fim de abranger, a sul do equador, uma realidade eclesial de ordem episcopal.

Por outra parte, a Oriente, no prosseguimento de relações com o Prestes João das Índias, os contactos haviam adquirido dimensões invulgares já desde D. João II quando este rei recebera um enviado do Négus ao Ocidente, na pessoa de um monge etíope, de

seu nome Lucas Marcos, que, tendo demandado Roma, se obriga a visitar o rei que patrocina a aventura dos mares para chegar às terras orientais⁷.

Por sua vez, a chegada das naus à Índia revoluciona as mentes e dá origem a uma concepção de nação providencial talhada para uma pequena nação desde os tempos iniciais da nacionalidade. A publicação de uma versão portuguesa do *Milione* de Marco Polo, por parte de Valentim Fernandes, o moravo, em 1502, é atravessada por uma retórica milenarista, em que a conversão dos judeus e a luta contra o infiel são pedras de toque para a proclamação de uma nova idade em que Oriente e Ocidente formarão as bases para

uma figura imperial isenta de outras jurisdições e não necessitada de unção papal, como reclamara a função do imperador dos tempos anteriores⁸.



sacristia (piso térreo da torre) data de 1512, tempo em que se procede ao pagamento do retábulo-mor, com trabalho de ensamblagem deste e do respectivo cadeiral: o trabalho é atribuído aos mestres Machim Fernandes e João do Tojal. Os factos ganham nova dimensão em 1514, com a elevação da igreja a Sé por bula de Leão X e nomeação de bispo na pessoa de D. Diogo Pinheiro, Vigário de Tomar; em 1516, a 18 Outubro, procede-se à sagração do altar-mor dedicado a Nossa Senhora da Assunção e às Onze Mil Virgens, sendo sagrante D. Duarte, Bispo de Dume, em substituição de D. Diogo Pinheiro, que, ocupado em negócios do Paço do rei, nunca foi à Ilha. Cf. Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1963; Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, cap. XXXIII.

⁷ Esta figura é recordada pelos cronistas portugueses (cf. João de Barros, *Década* I, livro III, c. 5), e Oliveira Martins, em 1892, escrevendo para a revista *O Centenário*, em artigo publicado em castelhano, “La leyenda del Preste Juan”, pp. 62-67, não deixa de a ter em consideração.

Por sua parte, Duarte Galvão, com a sua *Chronica do muito alto e muito esclarecido Príncipe D. Afonso Henriques, Primeiro Rey de Portugal*, editada pouco depois, em 1505, vislumbrava um novo reino que havia de completar um ciclo messiânico: não seria sem razão que o cronista gozava da confiança do rei D. Manuel para ser embaixador na Etiópia, daí voltando acompanhado por Mateus, o armênio, negociante, enviado pela imperatriz Helena, em 1512, com o intuito de celebrar aliança com o rei português, a fim de atraí-lo para luta comum contra os islamitas que os navios portugueses combatiam no Índico⁹.

D. Manuel não podia ficar indiferente: formar alianças matrimoniais entre os filhos da imperatriz com os do próprio rei português, a fim de selarem aliança para cometimentos bélicos contra os inimigos da fé e dos seus impérios, era um plano tão arriscado como ao alcance das duas partes para significarem que um Mundo Novo tinha chegado... Pela parte etíope, anunciava-se o compromisso de “destruir a Casa de Meca e o Grão Soldão do Cairo”, confiando no Santo Lenho que, pela parte etíope, se alegava ter sido trazido de Jerusalém¹⁰.

Tão-pouco podia ser indiferente saber que o soberano etíope era conhecido pelo nome de “Preste”, termo que, como se sabia, evocava a qualidade sacerdotal, com todas as conotações inerentes.

Como rei cristão, D. Manuel buscava atributos de soberano das terras ocidentais e dos mares que lhe davam títulos de domínio; não podia ficar atrás do seu interlocutor: faltava-lhe assegurar o título episcopal, ainda que por entreposta pessoa, o seu vigário, que o substituíria à frente da Ordem de Cristo...

Há coincidência com o desenvolvimento de um modo imperial que se apresenta como messiânico: em resposta ao Preste, o rei D. Manuel (cujo nome lhe deixa entrever o alvorecer de tempos messiânicos – *Emmanuel*, Deus conosco), terá sonhado emular no seu mundo ocidental uma contrapartida do que lhe era comunicado estar ao alcance do soberano nas Índias. Para corresponder à figura mitificada e sacralizada do



imperador do Índico, com um reino disposto a lutar pela fé, em contexto que se apresentava favorecido de nova idade messiânica na data que novas profecias colocavam por 1500, como mais tarde Damião de Góis havia de comentar, faltava ao rei português, patrocinador da chegada à Índia, ter também os poderes episcopais que juntassem os da pessoa real e os do Vigário da Ordem de Cristo, de que o rei era Governador...

Ora, seria possível imaginar no Ocidente uma entidade religiosa que

⁸ *O Livro de Marco Paulo – O Livro de Nicolau Veneto – Carta de Jeronimo de Santo Estevam*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Bib. Nacional, 1922. Cf. Giuseppe Marcocci, *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, pp. 79 ss. Maria Helena Martins Inês Garvão, *O Livro Marco Paulo impresso por Valentim Fernandes*, Lisboa, Fac. Letras, diss. Doutoramento, 2009.

⁹ Armando Cortesão, “Cartas das Novas, 1521”, *Esparsos*, I, Coimbra, Universidade, 1975 ; Jean Aubin, *Le Latin et l’Astrolabe – Recherche sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisboa / Paris, Fundação C. Gulbenkian, 1996.

¹⁰ Servimo-nos dos *Comentários de Afonso de Albuquerque*, ed. António Baião, Coimbra, Universidade, 1922 (a edição príncipe é de 1557, por João Barreira, para o príncipe Dom Bastiam, oferecidos por Braz de Albuquerque, filho do grande capitão do Oriente).

tivesse a mesma dignidade eclesiástica que a do Preste no Oriente e conseguir até ultrapassá-la pela fidelidade prestada a Roma?

*

Preocupou-se D. Manuel (e ordenou-o a rainha a Rui Leite) com preparar um conjunto de livros religiosos para enviar ao Preste: a oferta de livros tem foros de soberania que se afirma pela palavra impressa, mas tem também conotações religiosas e litúrgicas evidentes¹¹. O gesto é de realeza, mas, por régio, no contexto amplificado de imperial, não pode escapar ao seu pendor simbólico.

*

O sonho imperial vem de antes: efectivamente, desde cedo, entrevêm-se os sonhos imperiais urdidos pelo rei D. Manuel I; começam por ter configuração na esfera armilar,



que recebe de D. João II e ele toma com a divisa que toma como empresa “Spera mundi”: o cronista interpreta como representando aquela “por que os matemáticos representam a forma de toda a máquina do céu e da terra, como todos os outros elementos, coisa de espantar e que parece que não careceu de mistério profético”¹².

A sua representação está na gravura inicial das *Ordenações Manuelinas*, de 1514, glosada com o lema de *Deo in celo, tibi autem in mundo* ou também com a divisa *Rex orbi est*. Aliás, admite acrónimos MORE / MROE, este entendido como “Manuel orbi rex est / Manuel rex orbis est”.

Ao tempo também aparecia outra sigla, colocando na elíptica da esfera as iniciais dos signos do zodíaco, entre Câncer e Sagitário, lida como CAPATG na edição de 1514 e, antes, em formas gráficas já em 1512¹³. O sonho de abarcar o Mundo ficava enunciado e a representação dos signos passa siglas de poder régio.

A titulação de que D. Manuel se apropria¹⁴ é empolada como convinha para ser imperial; a este propósito, reconheça-se a sua transposição para o frontispício do Livro 3

¹¹ O tratamento exaustivo mais recente foi feito por Aida Fernanda Dias, “Um presente régio”, *Humanitas*, 47, 1995, 685-719. A encomenda abrangia 1065 volumes, dos quais 1000 cartinhas, 12 catecismos, 20 *Flos sanctorum*, 30 livros da Vida dos mártires, todos em língua portuguesa, e um livro de rezar, que era do uso do monarca, a que se juntavam ainda (12 de Janeiro de 1515) um missal do uso dos Dominicanos e um ritual do baptismo.

¹² Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. 47: “El-rei D. João lhe deu por dicis a figura da Espera, por que os matemáticos representam a forma de toda a máquina do céu e da terra, como todos os outros elementos, coisa de espantar e que parece que não careceu de mistério profético”.

¹³ Cf. Martim de Albuquerque, *O Poder Político no Renascimento Português*, Lisboa, Verbo, 2012 (1ª ed. 1968); José Manuel Garcia, *As iluminuras de 1502 do Livro Carmesim e a iconologia manuelina*, online, arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/83.pdf (consulta 2014-07-24); João Paulo Oliveira Costa, *D. Manuel I 1469-1521: um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, pp. 175 ss.

¹⁴ O rei D. Manuel I, pelo próprio título que exhibe, arroga-se o direito à navegação e ao comércio, alega exclusividade de passagem para a Índia e de circulação a Oriente, cede salvo-condutos, declara-se porta-estandarte de fé (designação que Gil Vicente toma no *Auto da Fama*, que é de 1510). Cf. Luís Filipe F. R. Thomaz, “L’idée impériale manuéline”, in *La Découverte, le Portugal et l’Europe – Actes du Colloque, Paris, 26-28 mai 1988*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 35-103. Nos Forais Manuelinos, a afirmação real passa pelo escudo régio coroado e ladeado pela esfera armilar, símbolo manifesto de aspirações imperiais, e pelo título de Rei com os seus atributos de poder estendido aos vários lugares da terra (“Dom Manoel..., Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comercio da Ethyopia, Arabia, Persia e da India”) ou ainda com Anjos tenentes que seguram o escudo real, alargando a protecção celestial. Um dos 43 frontispícios dos Forais da Leitura Nova é revelador de um programa

dos Místicos, 1516: é um exemplo acabado, textualmente e iconograficamente, de um ideal de império, sendo o rei apresentado em figura davídica ou profética e circundado por outras figuras de profetas do mesmo teor, mas simulando a unidade do real e do imaginado, a conjugação do natural com o erudito, do humano com o mítico e com o divino, do exótico e do heráldico, do maravilhoso com o cósmico além do instrumental com o jurídico – em simbiose excedente, que o é o estilo manuelino, há um espelho montado entre o real e o alegórico, sendo este o que prevalece com predomínio do imaginário¹⁵. O *Livro da Leitura Nova* para o Guadiana representa o rei na sua figura imperial e o sonho do novo mundo entrevê-se nas caravelas que ocupam as águas enquadradas pelas figuras míticas dos centauros que abrem a cena.



Por sua parte, a *carta marina navigatoria* de Martinus Waldseemüller, publicada possivelmente em 1507 (embora circulando com data de 1516) por Johannes Schott, em Saint Dié¹⁶, é expressiva de um projecto que vinha de longe, pois os escudos da bandeira que o rei sustenta na mão esquerda (da sua figura, *Victoria*) têm a orientação anterior à reforma de 1485: o rei, bem identificado pelo nome, D. Manuel, cavalga um golfinho em alto-mar, na passagem do Atlântico para o Índico, ostenta o ceptro na mão direita, a coroa imperial na cabeça, a cruz alçada na esquerda com a bandeira desfraldada; a exaltação do rei como senhor universal está bem expressa pela sua vinculação ao domínio nos mares. Reino do domínio efémero só se sustenta porque persiste a proibição que retira a outros o direito à livre situação, fundada na

ficção, há muito contestada, de que a decisão pontifícia bastava para traçar fronteiras de soberania.

Se o mar representa o elemento onde o reino de D. Manuel I logra mostrar-se ao mundo, a Ilha é a sede mais adequada para levantar o seu trono simbólico¹⁷. Ora, a Ilha,

messiânico, com símbolos de realeza predestinada: Livro I de Além Douro. As crónicas dos reis por ele encomendadas para celebrar os seus antecessores (D. Duarte, D. Afonso V, D. João II) ostentam o seu retrato em audiência no trono, a receber o exemplar; o rei foi representado como rei David em livros litúrgicos, como na inicial do introito do 1º domingo de Advento no Missal de Santa Cruz de Coimbra. Cf. Horácio A. Peixeiro, “Retrato de D. Manuel na Iluminura”, *Revista de História de Arte*, 5, 2008, 90-106. Como salienta Michel Pastoureau, *Figures et couleurs – Études sur la symbolique et la sensibilité médiévales*, Paris, Le Léopard d’Or, 1982, p. 61, o poder tende a dotar-se de um reportório de signos destinados a constituir uma identidade, através de elementos que traduzam tanto a natureza como as aspirações do soberano e justifiquem os seus actos; as imagens são mais actantes por serem percebidas pelos que não sabem ler (como a doutrina de Gregório Magno pusera em destaque).

¹⁵ <http://ttonline.iannt.pt/>- Voltamos ao contacto com a oportuna obra de Ana Maria Alves, *Iconologia do Poder real no período manuelino – À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, INCM, 1985; Paulo Pereira, “A simbólica manuelina. Razão, celebração, segredo”, in Paulo Pereira, dir., *Histórica da Arte Portuguesa*, vol. II, 1996, pp. 115-153.

¹⁶ *Who Printed Waldseemüller: Watermark Evidence from the 1507, 1513 and 1516 Maps*, by John Hessler, Cyntia Karnes and Heather Wanser (Geography and Map and Conservation Divisions Library of Congress: cf. <http://www.kislakfoundation.org/download/>). A imagem está publicada em Luís Filipe F. R. Thomaz, loc. cit., p. 45.

¹⁷ Aires A. Nascimento, “Passer au bord du monde, habiter avec les Immortels : l’enjeu de l’île, endroit de dépassement”, in *Receptions of Antiquity – Hommages à Freddy Decreus*, ed. Jan Nelis, Gent, Academia Press, 2011, 125-138.

nos tempos dos Descobrimentos, era a Ilha da Madeira, onde se pretendeu simular uma réplica do Paraíso Terrestre, como comprova o facto de as duas primeiras crianças nascidas na Ilha receberem no baptismo os nomes de Adão e Eva¹⁸.

Lugar paradisíaco convinha ao que era, segundo os cronistas, a distância institucional que o soberano toma relativamente aos súbditos, mas a distância releva de uma estrutura que o rei estabelece com as suas instituições e se revela na rede de concelhos ligados por lei comum, as *Ordenações*: as leis particulares, os *Forais de Leitura Nova*, requerem poderes intermédios, a nobreza de toga ganha lugar ao lado da nobreza de sangue e o aparato que vai cercando o rei na corte incute respeito pela hierarquia, mas fomenta distanciamento – o rei não se confunde

com a plebe e os cortesãos apenas se aproximam do rei no desempenho de funções ou por convite¹⁹.

O distanciamento espacial tem o seu modelo simbólico na Ilha (particularmente se ela pode oferecer também o feitiço da montanha); ela é propícia para marcar afastamento, sem dispensar integração, pois não é apenas lugar de passagem nem de isolamento, mas sítio de renovação e de incremento de forças e também ponto de consagração como antecipação de felicidade definitiva, prémio de uma vida de trabalhos²⁰.



Mais que representação de uma ilha imaginada, como a Citera do *Sonho de Polífilo* de Francesco Colonna, 1499, D. Manuel (que no dizer de Damião de Goes, haveria pensado em procurar recolhimento contemplativo algures no Algarve) podia escolher um local simultaneamente longínquo e próximo, ponto de passagem e de entronização (mesmo que por entreposta figura).

Assim a ilha da Madeira (que só é a primeira no Atlântico porque se passam à frente as Canárias, onde se levava antes a efeito a pregação do Evangelho), com a “cidade” do Funchal (longe do bulício de Lisboa, aonde acorrem os mercadores em busca da pimenta) é lugar propício para colocar um lugar de referência, porque aureolado de distância que evoca o sagrado:

¹⁸ Vemos o facto referido por José H. Saraiva, “Descobrimentos portugueses, uma perspectiva ocidental”, *Descobrimentos, História e Cultura*, Dezembro, 1987, pp. 15-23, mas a imagem vem das *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso, Livro II.

¹⁹ Cf. Ana Maria Alves, *Iconologia do Poder real no período manuelino – À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, INCM, 1985.

²⁰ Cf. G. Bachelard, *Poétique de l'espace*, Paris, PUF, 1986. O mito das Ilhas Afortunadas mantém o seu encanto mágico ainda no século XVI: cf. Aires A. Nascimento, “Les Îles Fortunées de l'Antiquité au Moyen Âge”, in *Dictionnaire des lieux et pays mythiques*, Paris, R. Laffont, 2011 ; J.-C. Treneaux, “Les Îles Fortunées à la Renaissance”, ib.; Philippe Nora, “Du spirituel dans l'île”, *Tracés. Revue de Sciences humaines*, 3, 2003, em linha, cons. 19 agosto, 2014. URL: <http://traces.revues.org/3503> ; DOI: 10.4000/traces.3503

para mais, esse lugar pode vislumbrar-se na subida do monte que atinge as neves e as nuvens que o cobrem de tempos a tempos.

A coroar esse cenário, em norma cristianizada, vem a catedral; com o seu prelado, mesmo que ausente, podem contribuir para a solenização de vida de que o rei costuma dar “mostranças” perante os seus súbditos. Essa “mostrança” torna-se imperiosa com as notícias que lhe chegam dos rituais do Prestes João²¹.

Estamos no domínio de imaginário. Não seria de esperar discursividade que explicitasse o sonho que viria do Ganges pela ficção e voz de Camões (Lus. IV, 74 ss.): ora, se não existe discurso que se adeque inteiramente à gesta manuelina, o contexto permite vislumbrá-lo em imagem – a linguagem iconográfica não raramente antecipa-se ao discurso.

As primeiras Ilhas do Atlântico, por onde passavam as naus dos Descobrimentos (de ida e de volta) serão plataforma de Nova Terra, onde o Novo Adão tomará a figura de David, rei que preside a um Novo Povo, e de Salomão, rei sábio que junta riqueza (especiarias) e garante, da parte de Deus, a sabedoria de novos tempos, que se afiguram messiânicos²².

A promessa da Ilha de São Brandão para aquele que a conseguisse alcançar andava na mente de toda a gente e deixava a expectativa de que a empresa dos Descobrimentos era abençoado do Alto, independentemente de projecto de luta contra os infiéis, tanto mais que para as ilhas ocidentais, logo passadas a Sete Cidades, haviam rumado os sete bispos, que haviam de voltar às suas dioceses de origem²³.



O caminho estava aberto para a mitificação da dinastia portuguesa alargada no tempo: a *Crónica da Imperador Clarimundo*²⁴, de João de Barros, embora em tempo algo tardio, reflecte possivelmente essa perspectiva; vai buscar as lendas da antiguidade da genealogia de primeiro rei, para lhe dar as honrarias dos imperadores do centro da Hungria, traz à colação as leituras de cavalarias e sustenta a ficção, pelo imaginário que introduz, da figura do bom rei, cheio de virtudes,

que é mitificado na força do resgate e na abundância anunciada, trazendo sabedoria e

²¹ Inspiramo-nos aqui em Ana Maria Alves, op. cit., p. 69 ss.

²² No Preâmbulo do Foral de Castro Marim, de 1504, Fundação Casa de Bragança, BDM II, Ms. XXVI, lê-se: Fazemos saber que vendo nós como o ofício do Rei não é outra coisa senão reger bem e governar seus súbditos em justiça e igualdade, a qual não é somente dar a cada um o que seu for mas, ainda, não deixar adquirir nem levar, nem tomar a ninguém senão o que a cada um diretamente pertence [...]. E querendo tudo remediar como com toda clareza e verdade se faça, mandámos trazer todos os forais das cidades vilas e lugares de nossos reinos e as outras escrituras e tombos per que nossas rendas se arrecadam [...].

²³ Remetemos para a introdução que escrevemos em *A Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais (Navigatio Brendani - I; Benedeit, Navigatio Brendani - II; Trezenzonii De Solistionis Insula magna; Conto de Amaro)* – ed. crítica, tradução, introdução e notas de comentário, por Aires A. Nascimento, Lisboa, Colibri, 1998.

²⁴ João de Barros, *Crónica do Imperador Clarimundo*, 1953, vol. I, p. 102 (ed. princ. 1522); Isabel A. P. D. de Lima e Almeida, *Livros portugueses de cavalarias, do renascimento ao maneirismo*, Lisboa, Universidade de Lisboa (Diss. Doutoramento), 1998; Jorge Alves Osório, “Algumas considerações sobre a Crónica do Imperador Clarimundo”, *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, Faculdade de Letras (Porto), 13/14, 5ª série, 1990. João de Barros presta veneração à coragem, sabedoria e fervor religioso do rei: cf. Eduardo Lourenço, “Clarimundo: da ideologia à simbologia imperial”, in *Homenagem a J. S. da Silva Dias: Cultura – História e Filosofia*, vol. 5, Lisboa, Univ. Nova, 1986, pp. 61-72 (ressalvem-se algumas gralhas que passaram ao editor, não ao autor).

renovação de gerações através da devoção religiosa, materializada na “esfera lavrada” que o antigo herói, Ulisses, acolhe em raio luminoso.

A hipótese de organizar um Império com dois braços, um a Oriente e outro a Ocidente para ofensiva conjugada contra um inimigo comum, que era o perigo mourisco, convinha tanto ao rei português como a todo o Ocidente: o sonho vinha sendo alimentado desde a perda da Terra Santa, pela derrota em S. João d’Acre: acentuava-se depois do reconhecimento do continente africano, a partir do Cabo da Boa Esperança.

Os acontecimentos corriam favoráveis ao rei português: ultrapassando reticências anteriores que os embaixadores em Roma não tinham conseguido ultrapassar devido a influências de Castela), D. Manuel I aproveita a coroação do Papa Leão X para enviar uma embaixada e fazer de Roma o palco de celebração de uma nova idade para o Mundo: a 12 de Março de 1514, perante o chefe da Cristandade, desfila um cortejo de mais de cem pessoas, em missão chefiada por Tristão da Cunha, e seus acompanhantes, Diogo de Pacheco e João de Faria, tendo por secretário um homem de letras, Garcia de Resende; D. Manuel enviava a Leão X presentes magníficos: pedrarias, tecidos e jóias, um cavalo persa, uma onça de caça e um elefante (Hanno, nome de general cartaginês) que executava diversas habilidades²⁵.

O exotismo cruzava-se com intenções de exibição de poder e o Papa participa na euforia das vitórias portuguesas, pelo que envia a D. Manuel a “rosa de ouro”, em 1 de Maio de 1514, juntamente com a bula *Consecrauimus more maiorum*²⁶.

Neste contexto, suporemos que o rei português, por seus embaixadores ao Concílio de Latrão, se poderia ter apercebido do descabro que ia pela Europa, mas, em contraciclo, apresenta-se em aparato régio: poderia ter contribuído para uma nova consciência dos tempos, mas não o tenta sequer; pelo contrário, através de uma carta para o Papa e mediante espetáculo de rua (que chegava a exhibir o elefante a aspirar os perfumes de uma tina e a espalhá-los pelos circunstantes), o rei português chama as atenções para a gesta das suas gentes que se desenrolava noutra parte do mundo, com as vitórias alcançadas na Índia e em Malaca.

O Papa a tudo anuiu²⁷, conferindo, em 11 de Maio de 1514, o direito de Padroado espiritual das Igrejas e mais benefícios de todas as terras do Ultramar, em favor da Ordem de Cristo, desde os cabos Bojador e Não até à Índia, mas já antes a 30 de Janeiro de 1515, o Sumo Pontífice enviara a D. Manuel o chapéu e a espada, benzidos na noite de Natal anterior (festa marcada pelo que evoca de acolhimento do Papa a Carlos Magno, no Natal de 800, impondo-lhe a coroa que o próprio imperador romano-germânico pretendia assumir por si mesmo): com tal oferta, o Papa considerava o rei português campeão da fé da República cristã, pelo que a transformação de um vicariato em diocese no Funchal, em 12 de Junho de 1514, abrangendo 8 cidades (?) e várias

²⁵ Desde o tempo de Carlos Magno, por 800, os soberanos orientais e africanos do Norte apresentavam-se em preito de homenagem aos príncipes ocidentais acompanhados de elefantes: Carlos Magno recebeu o elefante Abul-Abbas, em 802, Frederico II o Cremona, enviado por Al-Kamel, Luís, o santo rei, no final da VI Cruzada, traz com ele um elefante que oferece ao rei Henrique III de Inglaterra, Maximiliano II desloca-se no elefante Solimão, até Viena, em 1551, Luís XIV introduz um elefante em Versalhes e mantém-no durante treze anos. O rei de Cochim, por indicação de Afonso de Albuquerque, em 1511, oferece ao rei de Portugal um elefante, o Vice-rei encaminha-o, de barco, mas temendo qualquer acidente de percurso, envia também outros e, em celebração festiva, o rei faz a sua entrada na catedral de Lisboa com uma pequena manada, de pelo menos cinco elefantes; para saudar a elevação de Leão X, Giovanni Medici, ao sólio pontifício faz questão que o embaixador, Tristão da Cunha se apresente com um desses elefantes, Hanon, convenientemente adestrado, com o respectivo tratador, fazendo dele oferta ao Papa.

²⁶ *Corpo Diplomático Português*, I, p. 252; *Bullarium*, I, ed. Levy Maria Jordão, p. 97.

²⁷ *Epístola do rei D. Manuel de Portugal ao Pontífice Romano, Leão X*, Lisboa, 1513, trad., coment. Nair de Nazaré Castro Soares, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979.

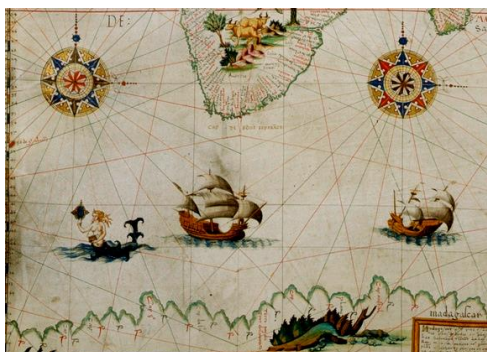
vilas de uma ilha ainda em estruturação civil, não era mais que um gesto simbólico, numa uma série de concessões extraordinárias²⁸.

Confiante nos seus governadores, o rei português deixa que os assuntos do Oriente corram por conta das armas e, talvez alertado pela falta de apoios que tornam a aliança desnecessária, não dá ao embaixador etíope a atenção que este se julgava merecer²⁹, mas as primeiras reacções do rei português deixam entender que tudo preparara para corresponder a uma imagem de poder e apresentar-se como tal.

Por sua parte, os livros litúrgicos abrem-se a programas de iluminura que reclamam leitura simbólica, as iniciais dos Forais da “Leitura Nova” não escondem que a própria chancelaria régia está impregnada de imagens novas, que transfiguram pelo simbólico, em suplência de discurso sobre o exercício da suserania que o soberano ambiciona³⁰, ultrapassando o ambíguo ciclo temporal das ilhas e a separação de territórios mediante a comunhão espiritual garantida pela adoração a Cristo³¹.

O projecto situa-se certamente muito para além de simples criação de uma nova diocese no Funchal: coaduna-se com um programa imperial que emula, como duplo, o que é imaginado a partir das terras longínquas, a que preside um rei de antiga estirpe e dignidade pastoral³².

Não interessa aqui acentuar que, não obstante o entusiasmo do rei e do seu cronista, Duarte Galvão, dentro em pouco, o desenho imperial por referência ao Preste João se esfuma e se reconhecerá que as diligências feitas para a vinda de um novo representante etíope não tem o seguimento imaginado, tanto por incapacidade da parte etíope como sobretudo por desconfianças da parte portuguesa, em plano militar, no Oriente (em que os inimigos de Afonso de Albuquerque tinham a sua parte, sob orientações dadas pelo



Barão de Alvito e por Lopo Soares de Albergaria / Alvarenga); em plano teológico, por intransigências e suspeitas levantadas pelos teólogos terão apenas expressão maior no sínodo de, com Pedro Margalho, em 1527 e disso será vítima o humanista Damião de Goes cujos ideais de irenismo poderiam ter dado alento aos planos de Império terrestre, mas não foram admitidos.

Compreendemos, em contraluz, que não era apenas rumor de coro dramático a premonição

²⁸ Cf. António Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista – Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade Letras – Instituto Infante D. Henrique, 1974. A cidade do Funchal tinha, ao tempo da criação da diocese, uma população que rondava os 5 000 habitantes e tinha um corpo de Cavaleiros da Ordem de Cristo, além de doutores em Teologia, Direitos civil e canónico, Artes e Medicina, sem faltarem outras ciências, apoiados por estruturas e edifícios eclesiásticos e civis. Cf. Luís de Albuquerque e Alberto Vieira, *O Arquipélago da Madeira no Século XV*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1987.

²⁹ Testemunha presencial do acolhimento do embaixador por D. Manuel foi Damião de Goes, de idade de 12 anos: anos mais tarde relata o episódio a João Magno, arcebispo de Upsala.

³⁰ No Preâmbulo do Foral de Castro Marim, Fundação Casa de Bragança, BDM II, Ms. XXVI, lê-se: *Fazemos saber que vendo nós como o ofício do Rei não é outra coisa senão reger bem e governar seus súbditos em justiça e igualdade, a qual não é somente dar a cada um o que seu for mas, ainda, não deixar adquirir nem levar, nem tomar a ninguém senão o que a cada um diretamente pertence [...]. E querendo tudo remediar como com toda clareza e verdade se faça, mandámos trazer todos os forais das cidades vilas e lugares de nossos reinos e as outras escrituras e tombos per que nossas rendas se arrecadam [...].*

³¹ Cf. Pierre Chaunu, *A América e as Américas*, Lisboa, Cosmos, 1969.

³² Vitorino Magalhães Godinho, “Entre mito e utopia: os descobrimentos do espaço e invenção da humanidade nos séculos XV e XVI”, *Revista de História Económica e Social*, 12, 1983, 1-43.

de “vã glória de mandar” e “vã cobiça”, atirada contra o vento pelo Velho do Restelo³³, pois também homens sisudos como Sá de Miranda se colocavam nesse mesmo plano. No entanto, aparecia, em contraponto, uma aura de sacralidade para recolher pessoas e abranger espaços que se adentravam pelo Mar Tenebroso: este perdia os seus terrores logo que as caravelas se habituavam e singravam pelos mares do Oceano Índico, correndo do Cabo da Boa Esperança às Terras da Índia. As fúrias dos elementos, no entanto, não deixariam de rejeitar os que se aventuravam à sorte dos temporais³⁴.

Seria impossível tomar conta de tantos negócios que corriam do Norte de África aos pontos mais extremos do Oriente. Os tempos messiânicos entraram no discurso dos cronistas; o épico, por seu lado, não deixava de se interrogar sobre a temeridade dos cometimentos régios, embora andasse na sombra deles e promettesse cantar os novos feitos que se anunciavam para o Norte de África...

A missão, essa, iria correr por conta de quem se entregava, de alma e coração, ao anúncio do Evangelho, sob orientação de ordens e congregações religiosas: dentro da própria autonomia das instituições, não pediam nem orientações nem apoios à instituição diocesana que fora criada numa ilha longínqua; de facto, onde era mais fácil aportar para levar especiarias que dar notícias da evangelização e não consta que se tenha estabelecido algum cronista para celebrar o alargamento do anúncio do Evangelho. Os navegadores entregavam-se a destruir fantasias, pois faziam do saber e da experiência o que o denodo lhes consentia. Francisco Xavier viria mais tarde, por 1540, e os Mártires do Brasil (32 portugueses e 8 espanhóis) seguir-se-iam depois, quando o Brasil os esperava, mas eles haviam de cair às mãos dos calvinistas, em 1570, em frente às Canárias, a pouca distância da Ilha da Madeira. Outros já se haviam encaminhado para outras áreas do mundo que iam da Guiné ao Congo, de Cabo Verde a Moçambique, de Malaca ao Japão: a diocese de Funchal era ponto de ancoragem para as naus de regresso, muitas vezes sem tempo para tomar nota das viagens de regresso...

³³ F. Rebelo Gonçalves, *Aspectos clássicos deste episódio camoniano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933 (originariamente publicado em *Boletim de Filologia*, 1, 1932, pp. 65-123, agora em *Obra Completa*, III, Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 3-66).

³⁴ Doze naufrágios da *História Trágico-Marítima* constam da colectânea de *relações e notícias de naufragios, e sucessos infelizes, acontecidos aos navegadores portugueses*, organizada por Bernardo Gomes de Brito e dedicada ao Condestável de Portugal, Marquês de Vila Viçosa e Duque de Bragança, D. Theotónio II: a publicação em dois tomos teve lugar em época tardia, 1735-1736, já no tempo do rei de D. João V, na Tipografia da Congregação do Oratório, em Lisboa. Segundo Inocêncio Francisco da Silva, mais três tomos estiveram preparados pelo mesmo editor para publicação, mas apenas um deles terá sido impresso, contendo onze relatos, nem todos diferentes dos anteriores. Sobre o tema, cf. Charles Ralph Boxer, “An Introduction to the *História Trágico-Marítima*”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, série I, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1957, pp. 48-99; Giulia Lanciani, *Sucessos e Naufrágios das Naus Portuguesas*, Lisboa, Caminho, 1997; Kioko Koiso, *Mar, Medo e Morte: aspectos psicológicos dos naufragos na História Trágico-Marítima, nos testemunhos inéditos e noutras fontes*, 2 vols., Cascais, Patrimonia, 2004.

